



**Contribuições ao Pré-Edital (Terra e Mar) e
Minuta de Contrato da Décima Quinta Rodada
de Licitações (R15)**

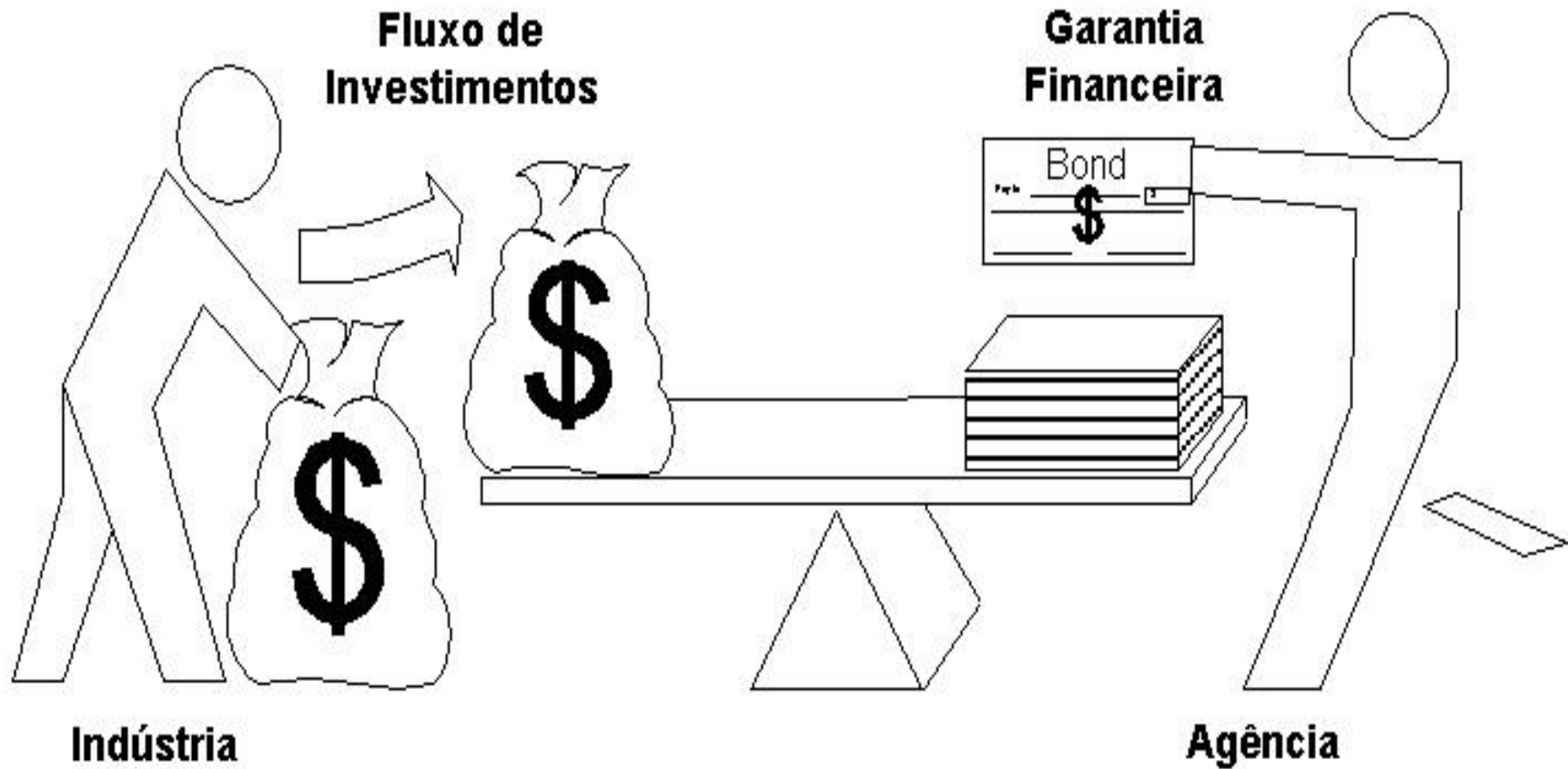
**Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais
IVIG**

Sugestões de Aprimoramentos para o Pré-Edital (Terra e Mar) e Modelo de Contrato da R15

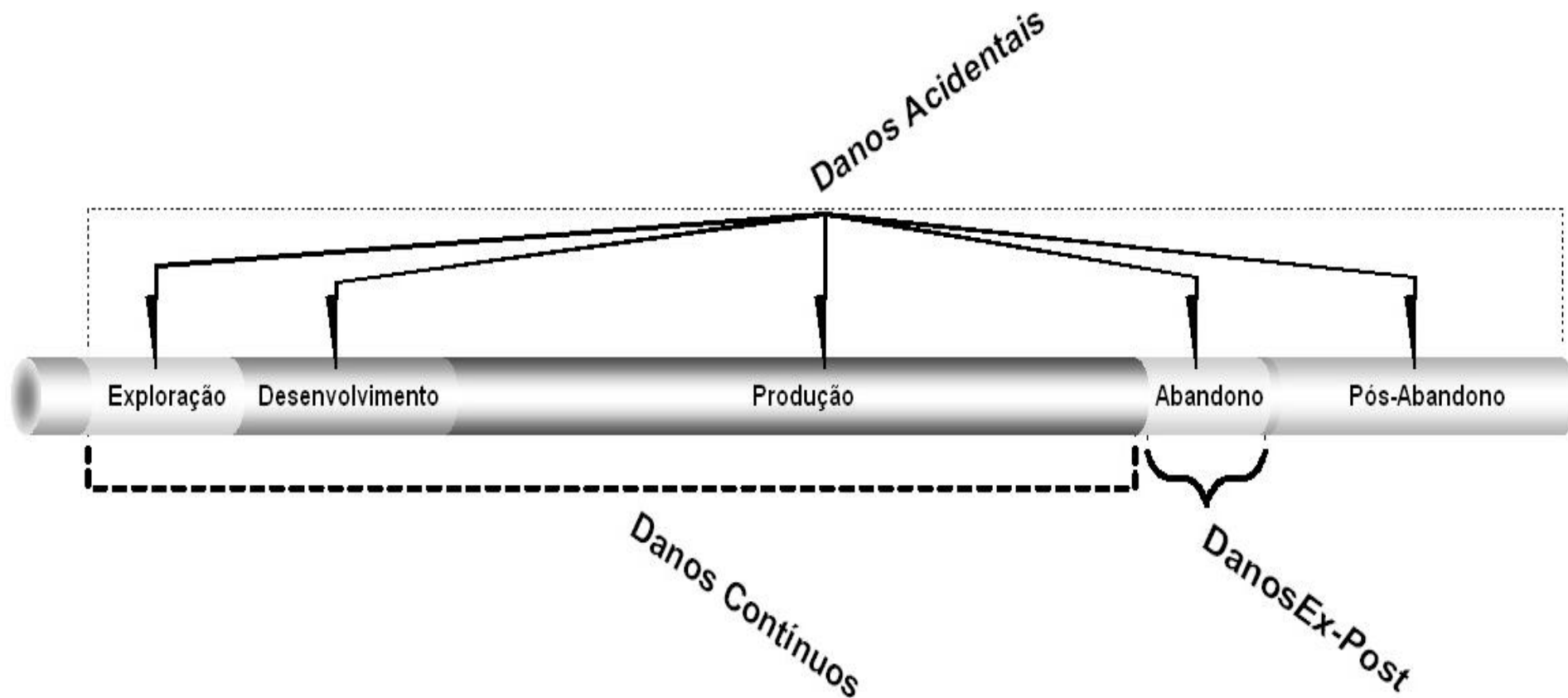
Estudos realizados no IVIG demonstram que:

- ☐ O estabelecimento de um observatório para acompanhamento contínuo das condições dos operadores, agentes financeiros, do mercado, é crítico para a definição de garantias.
- ☐ O IVIG já possui um protótipo desse sistema o qual pode ser customizado para o setor fornecendo proteção para a União e redução de risco para os concessionários e agentes financeiros.

Garantias Financeiras – *Trade offs*



Garantias Financeiras – Riscos Ambientais





CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

Formulário de comentários e sugestões



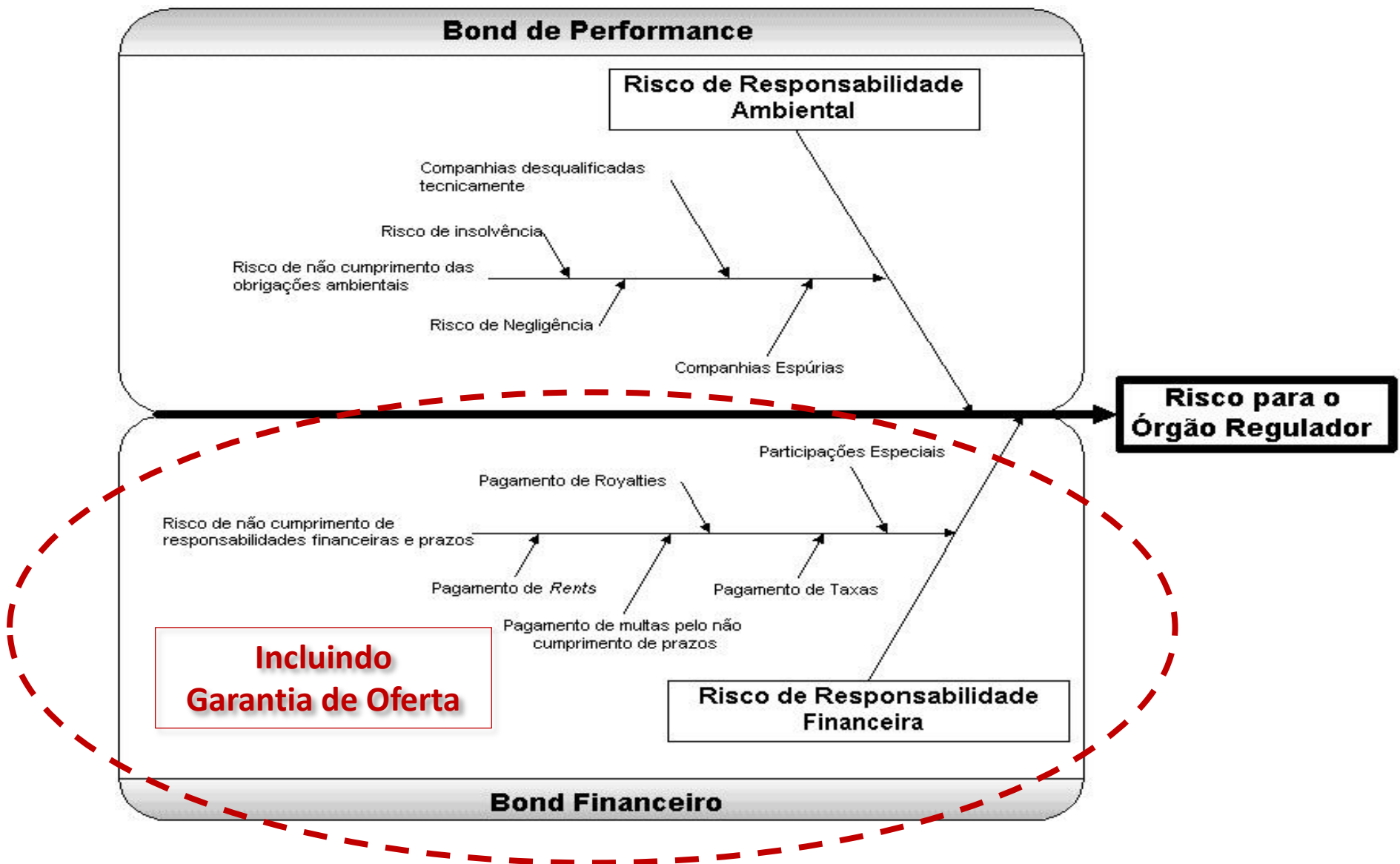
Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais - IVIG

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Pré-Edital	Exclusão	5	Suprimir a obrigatoriedade de Garantia de Oferta para agentes (concessionários e demais contratados) com contratos de E&P vigentes com a União, quando se mostrarem desnecessários.	<p>As Garantias Financeiras (GF) tem o objetivo de salvaguardar a União de: Insolvência; mudanças de Mercado; Indisponibilidade de recursos; Negligência; etc. Parece-nos inadequado a exigência de GF para agentes com contratos vigentes com a União, pois bastaria verificar as condições técnicas, econômicas e jurídicas. Isto já é feito no acompanhamento dos contratos e na qualificação da empresa.</p> <p>No cenário atual de redução do fluxo de investimento e baixa disponibilidade de crédito, existe uma necessidade de manutenção da capacidade da empresa de contrair investimentos. Mesmo como instrumentos de curto prazo (Garantias de Oferta) são vistas por agentes financeiros como um fator de comprometimento financeiro.</p> <p>Esta exclusão resultaria não somente na redução das barreiras de entrada aos já concessionários, como também contribuiria para redução do custo regulatório.</p> <p>Recomenda-se que setor tenha um observatório para acompanhamento contínuo das condições dos operadores, agentes financeiros, do mercado, pois essas variáveis impactarão no nível de proteção para a União e no nível de risco sobre os concessionários e agentes financeiros (emissores de GFs).</p>

Garantias Financeiras – Riscos



Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Pré-Edital	Alteração	5	Alterar a exigência de Garantia de Oferta para agentes não contratados (novos entrantes) com a União.	<p>No cenário atual de redução do fluxo de investimento e baixa disponibilidade de crédito, existe uma necessidade de manutenção da capacidade da empresa de contrair investimentos. Mesmo como instrumentos de curto prazo (Garantias de Oferta) são vistas por agentes financeiros como um fator de comprometimento financeiro.</p> <p>Esta alteração resultaria não somente na redução das barreiras de entrada aos novos entrantes, como também contribuiria para redução do custo regulatório.</p> <p>Para isso, o setor precisaria ter um observatório para acompanhamento contínuo das condições dos operadores, agentes financeiros, do mercado, pois essas variáveis impactarão no nível de proteção para a União e no nível de risco sobre os concessionários e agentes financeiros (emissores de GFs).</p> <p>Portanto, esta cláusula deveria ser alterada para contemplar um processo de qualificação (<i>rating</i>) do novo entrante, resultando em uma matriz de risco para definição no valor da garantia, quando necessária.</p>

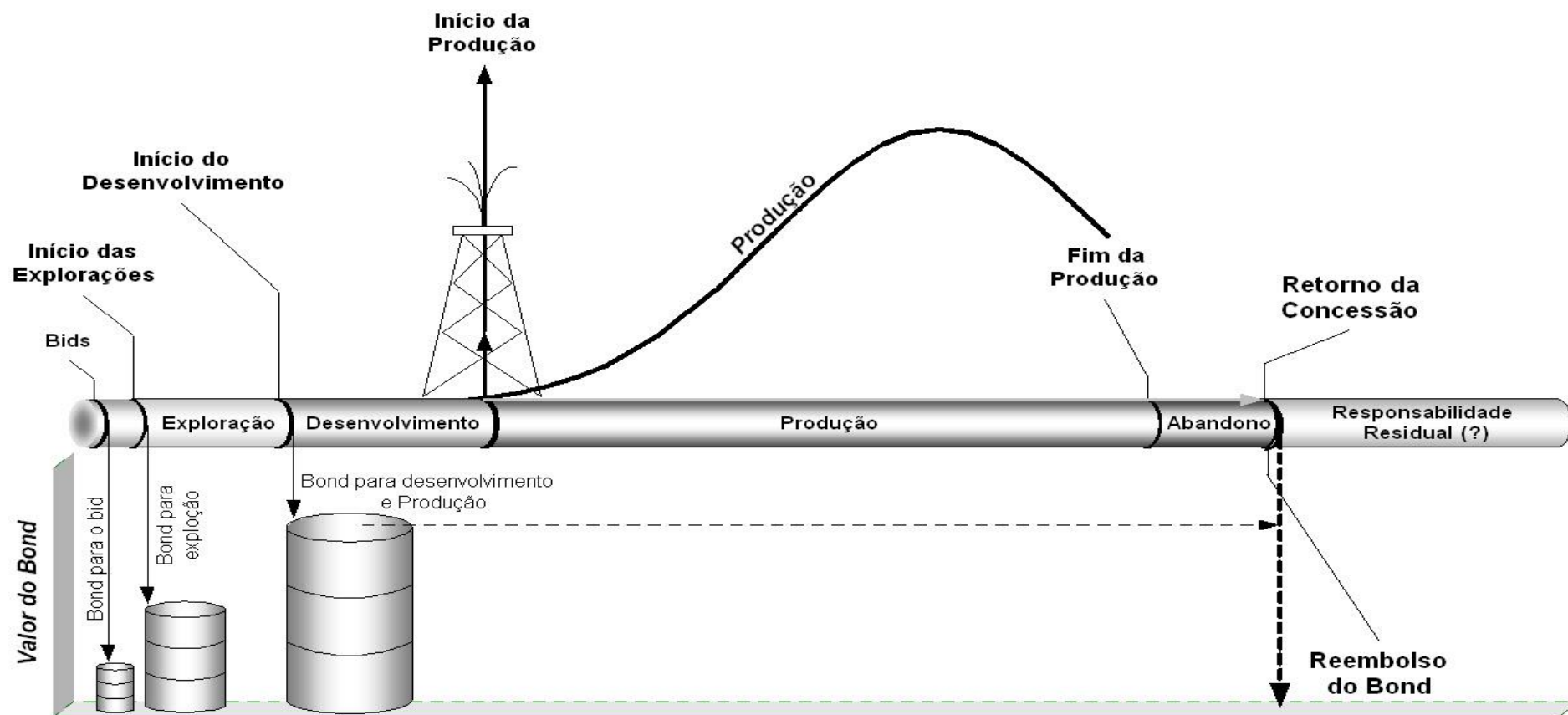
Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta de Contrato	Exclusão	6.6	Suprimir a obrigatoriedade de Garantia de Financeira (PEM) para agentes (concessionários e demais contratados) com contratos de E&P vigentes com a União, quando estas se mostrarem desnecessárias.	<p>As Garantias Financeiras (GF) tem o objetivo de salvaguardar a União de: Insolvência; mudanças de Mercado; Indisponibilidade de recursos; Negligência; etc. Parece-nos inadequado a exigência de GF para agentes com contratos vigentes com a União, pois bastaria verificar as condições técnicas, econômicas e jurídicas. Isto já é feito no acompanhamento dos contratos e na qualificação da empresa.</p> <p>No cenário atual de redução do fluxo de investimento e baixa disponibilidade de crédito, existe uma necessidade de manutenção da capacidade da empresa de contrair investimentos. Mesmo como instrumentos de <u>curto e médio prazos (Garantias de PEM)</u> são vistas por agentes financeiros como um fator de comprometimento financeiro.</p> <p>Esta exclusão resultaria não somente na redução de custos financeiros dos operadores, como também contribuiria para redução do custo regulatório.</p> <p>Recomenda-se que setor tenha um observatório para acompanhamento contínuo das condições dos operadores, agentes financeiros, do mercado, pois essas variáveis impactarão no nível de proteção para a União e no nível de risco sobre os concessionários e agentes financeiros (emissores de GFs). Inclusive, de acordo com o espírito da Lei do Petróleo (Art. 29), constantemente monitorando as condições de qualificações do contratado.</p>

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta de Contrato	Alteração	6.6	Alterar a exigência de Garantia Financeira (PEM) para agentes não contratados (novos entrantes) com a União.	<p>No cenário atual de redução do fluxo de investimento e baixa disponibilidade de crédito, existe uma necessidade de manutenção da capacidade da empresa de contrair investimentos. Mesmo como instrumentos de <u>curto e médio prazos (Garantias de PEM)</u> são vistas por agentes financeiros como um fator de comprometimento financeiro.</p> <p>Esta exclusão resultaria não somente na redução das barreiras de entrada aos novos entrantes, como também contribuiria para redução do custo regulatório.</p> <p>Para isso, o setor precisaria ter um observatório para acompanhamento contínuo das condições dos operadores, agentes financeiros, do mercado, pois essas variáveis impactarão no nível de proteção para a União e no nível de risco sobre os concessionários e agentes financeiros (emissores de <u>GFs</u>).</p> <p>Portanto, esta cláusula deveria ser alterada para contemplar um processo de qualificação (<i>rating</i>) do novo entrante, resultando em uma matriz de risco para definição no valor da garantia, quando necessário.</p>

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta de Contrato	Inclusão	6.6	Em relação ao PEM, incluir a possibilidade de “outras formas de garantia, a critério da ANP”, conforme item <u>18.8</u>	<p>Atualmente, existe uma grande variedade de instrumentos de garantia financeira disponíveis, oferecendo ótima flexibilidade, atendendo as necessidades do setor, e atendendo, quando necessário, as demandas de salvaguarda da União.</p> <p>A oferta de poucas modalidades de GFs não reduz riscos e custos regulatórios para a agência. Um nível adequado de flexibilidade deve ser oferecido a fim de manter o setor competitivo e atrativo para novos investimentos. Portanto, outros instrumentos deveriam ser considerados para garantir o PEM, conforme ocorre nas GFs de Desativação e Abandono, quando necessário.</p> <p>Os instrumentos de garantia financeira possuem características e atributos distintos que provocam diferentes impactos nas partes envolvidas. Entendemos que as principais preocupações na perspectiva do órgão regulador são: nível de liquidez; nível de dificuldade em se coletar os recursos em caso de descumprimento; nível de monitoramento exigido; nível de incentivo financeiro gerado; qualificação dos candidatos (desencorajar os desqualificados); e o custo geral do acompanhamento da eficácia do instrumento para a União. Na perspectiva da indústria, as principais preocupações são: volume de capital mobilizado no início do projeto (liquidez); proteção do dinheiro mobilizado (juros?); custos de oportunidade; nível de dificuldade na aquisição do instrumento (processos de pré-qualificação); tratamento fiscal (permite deduções?); disponibilização no mercado; e custos diretos e indiretos.</p>

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta de Contrato	Exclusão	18.8	Suprimir a obrigatoriedade de Garantia de Financeira (Desativação e Abandono) para agentes (concessionários e demais contratados) com contratos de E&P vigentes com a União, quando estas se mostrarem desnecessárias.	<p>As Garantias Financeiras (GF) tem o objetivo de salvaguardar a União de: Insolvência; mudanças de Mercado; Indisponibilidade de recursos; Negligência; etc. Parece-nos inadequado a exigência de GF para agentes com contratos vigentes com a União, pois bastaria verificar as condições técnicas, econômicas e jurídicas. Isto já é feito no acompanhamento dos contratos e na qualificação da empresa.</p> <p>No cenário atual de redução do fluxo de investimento e baixa disponibilidade de crédito, existe uma necessidade de manutenção da capacidade da empresa de contrair investimentos. Mesmo como instrumentos de <u>médio e longo prazos</u> (Garantias de (Desativação e Abandono)) são vistas por agentes financeiros como um fator de comprometimento financeiro.</p> <p>Esta exclusão resultaria não somente na redução de custos financeiros dos operadores, como também contribuiria para redução do custo regulatório.</p> <p>Recomenda-se que setor tenha um observatório para acompanhamento contínuo das condições dos operadores, agentes financeiros, do mercado, pois essas variáveis impactarão no nível de proteção para a União e no nível de risco sobre os concessionários e agentes financeiros (emissores de GFs). Inclusive, de acordo com o espírito da Lei do Petróleo (Art. 29), constantemente monitorando as condições de qualificações do contratado.</p>

Garantias Financeiras – todas as fases de E&P





www.ivig.ufrj.br